



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Seif

EMENDA Nº - CTCIVIL
(ao PL 4/2025)

Suprimam-se o inciso IV do *caput* do art. 104 e o inciso VI do *caput* do art. 166, ambos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, como propostos pelo art. 2º do Projeto.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo suprimir normas regulatórias de ordem pública cujo conteúdo é capaz de invalidar negócios jurídicos privados, firmados à luz do contido no Código Civil. A verdade é que o art. 3º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece) já exige a conformidade das pessoas naturais e jurídicas às normas jurídicas positivas, sendo desnecessário incluir na Parte Geral do novo Código Civil dispositivo semelhante, carente de conteúdo e inovação normativa.

Os dispositivos que ora se pretendem suprimir invertem a ordem da hierarquia normativa, pois permitem que normas administrativas de natureza regulatória estadual - e até mesmo, municipal - possam ser utilizadas como justificativas para invalidar negócios jurídicos firmados sob o manto da legislação federal entre o poder público federal, de um lado, e os particulares, de outro. Ao mesmo tempo que permitem que normas estaduais e municipais editadas após a assinatura do contrato possam ser utilizadas para invalidar juridicamente a avença.

Com isso, não queremos dizer que as normas administrativas de natureza regulatória não devam ser cumpridas. Ao contrário, exaltamos o cumprimento dessas normas, suplicamos a fiscalização da atividade privada



e, eventualmente, em caso de descumprimento, que as respectivas multas sejam aplicadas. Mas tudo isso já ocorre na esfera administrativa, junto aos órgãos administrativos competentes. O que é discutível é a importação dessas regras de natureza administrativa para o âmbito do Direito Civil, aumentando demasiadamente a complexidade dos negócios jurídicos e o custo dos contratos. No próprio mundo do direito administrativo a incidência de regras variadas em Estados e municípios, e uma “inflação regulatória” nacional, já é vista como um problema em si. Não precisamos importar esses problemas para os negócios privados.

Sala da comissão, de de .

Senador Jorge Seif
(PL - SC)

